

PARA LER NOS CAMINHOS DE FERRO: O ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO (1876-1885)

Antonio Celso FERREIRA

Resumo: Analiso, neste artigo, a circulação do Almanach Litterário de São Paulo, periódico editado anualmente de 1876 a 1885, com a exceção de 1882 e 1883. A abordagem inclui o quadro de autores, os gêneros de textos publicados e suas principais temáticas. O trabalho com a fonte permite compreender a formação da sociedade letrada paulista nas últimas décadas do século XIX.

Palavras-chave: Almanaques, Imprensa periódica, Cultura letrada.

Abstract: I intent to discuss the circulation process of the Almanach Literário de São Paulo, a publication printed yearly from 1876 to 1885, except 1882 and 1883. The main objectives are to point out the roll of contributors, the text genres and their more important themes. The research with these historical sources permits to understand the formation of São Paulo's cultural elites in the last decades of the nineteenth century.

Key words: Almanacs, Press, Scholarly society.

Os almanaques foram parte constituinte da expansão da cultura letrada no ocidente desde o advento da modernidade. Originários de uma tradição antiga, associada à literatura de colportage, eles circularam amplamente na Europa dos séculos XVI e XVII, como "um tipo de impresso colocado a serviço da utilidade, da formação, do entretenimento, aliando moral e ensinamento prático, saber e diversão" 1.

A partir do século XVIII e, sobretudo, no período oitocentista, tal gênero modificou-se substancialmente, sob o impacto da Revolução Industrial, do crescimento urbano e da mobilidade populacional, do avanço da alfabetização e da leitura entre as massas. Embora conservasse em suas páginas o núcleo temático ancestral, definido pelo calendário civil e religioso e pela astrologia, adquiriu formas e modelos distintos, embora pouco especializados, uma vez que mantiveram certa variedade temática: almanaques literários, históricos, científicos, religiosos, agrícolas, de saúde, administrativos, de família, de cidades, entre outros 2. No dizer de Jerusa Pires Ferreira, eles comportaram e trouxeram sempre a "idéia de uma grande modernidade", na medida em que conectaram "jogo, divertimento, informação pragmática, articulação de antigas crenças e ritos" e ainda inseriram "novos dados que podem parecer corpos estranhos, mas que são exatamente aquilo que faz a especificidade do almanaque, equilíbrio entre um conjunto estabilizado e a inserção do novo" 3. Já no final do século XIX, eles sofreriam a concorrência das revistas de periodicidade menos elástica -



geralmente mensal ou quinzenal - e voltadas para públicos cada vez mais segmentados ⁴. Ainda assim, persistiram por muito tempo no gosto popular, sendo veiculados por instituições ou empresas que os utilizavam para campanhas educativas e como forma de propaganda de produtos baratos ⁵.

Imersos no processo de circulação transnacional e transcultural que marcou a expansão capitalista européia no além-mar, os almanaques difundiram-se e foram apropriados no continente americano, em especial no Brasil. Sem falar de outras regiões e cidades do país, onde surgiram copiosamente desde meados do século XIX, vários títulos foram publicados na província de São Paulo, como o *Almanach Administrativo*, *Mercantil e Industrial para o ano de 1857*, o *Memorial Paulistano*, editado em 1863, o *Almanak da Província de São Paulo* para o ano de 1873 e o *Almanach Litterário de São Paulo*. Eram geralmente vinculados a tipografias e empresas jornalísticas, evidenciando uma dependência em relação à grande imprensa, mas nem sempre alcançaram periodicidade regular.



Página de abertura do volume do almanaque para o ano de 1876 (ALSP:1876)

O Almanach Litterário de São Paulo, ao contrário dos demais, obteve continuidade, tendo circulado anualmente de 1876 a 1885, com a exceção de 1882 e 1883 ⁶. O volume inicial foi publicado sob a batuta de três jornalistas – José Maria Lisboa, Abílio Marques e J. Tacques -, cuja sociedade seria desfeita no número seguinte.

Lisboa, idealizador principal do projeto, levaria adiante a obra, que ainda se beneficiou da sua experiência de 1871, quando publicou em Campinas um almanaque local, com apêndice relativo às cidades de Rio Claro e Amparo, muito bem aceito pelo público. Nascido em Portugal (1838), ele foi assimilado com facilidade em São Paulo, numa época em que a expansão dos negócios capitalistas proporcionava alguns canais de ascensão econômica aos



indivíduos, forasteiros ou não, provenientes dos segmentos livres e dos estratos médios da sociedade. Tendo atuado inicialmente como tipógrafo, tornar-se-ia em breve redator do *Correio Paulistano*, da *Gazeta de Campinas* e da *Província de São Paulo*. Em 1884, foi um dos fundadores do *Diário Popular*, quando então já havia estreitado relações com as elites locais, por meio do casamento com uma descendente da família Souza e Castro. A sua atuação política, em particular, revela muito da trajetória dos aspirantes ao poder, em São Paulo, nas últimas décadas do século. De abolicionista e republicano militante antes de 1889, com o novo regime participaria da primeira Assembléia Constituinte do Estado, bem como da primeira legislatura republicana. Profundo conhecedor do meio sociocultural e político da capital e do interior paulista, além de dotado de um faro empresarial privilegiado, José Maria Lisboa soube bem explorar, no ambiente da imprensa, os efeitos propícios da modernização econômica pela qual passava a província ¹.

A expansão da lavoura do café pelo interior do Estado ensejava a formação de um mercado interno ancorado nas exportações, vital para o incremento do comércio, dos bancos e de algumas manufaturas nucleadas na cidade de São Paulo. Em pouco tempo, os investimentos na cafeicultura desviaram-se do Vale do Paraíba, abandonado à própria sorte, e seguiram novas rotas pelo oeste, alcançando Campinas (1854) e a zona Mogiana (1886). Isso provocou um enorme impacto ecológico e humano, com a derrubada das matas nativas e o extermínio ou expulsão dos grupos indígenas locais, além de uma especulação imobiliária desenfreada. A imigração européia já vinha fornecendo braços para o trabalho, antes mesmo da extinção definitiva da escravidão (1888), e contribuía significativamente para o crescimento da população total da província, que de aproximadamente um milhão de habitantes, em 1876, somaria 1.200.000 em 1887, quando apenas se iniciava a grande vaga imigratória.

A urbanização dava-se de modo expressivo, com o surgimento de inúmeras vilas e cidades pelo sertão afora: a partir de Campinas, novos pólos de povoamento alastravam-se de Araraquara, Piracicaba, Jaú, Ribeirão Preto, Franca, Jaboticabal, Rio Preto e outros. Foi particularmente progressivo o crescimento da cidade de São Paulo, que de cerca de 27.500 habitantes, em 1872, alcançaria 239.000 em 1900, incluindo os paulistas de nascimento, os estrangeiros — italianos, espanhóis, portugueses e algumas mais nacionalidades -, e os brasileiros vindos de outras regiões, entre elas Minas Gerais. Muito embora as disparidades tendessem a se agravar no período, com a exclusão social de muitos, em particular, dos afrodescendentes que foram atirados ao mercado marginal, o dinamismo econômico franqueou o enriquecimento dos fazendeiros, comerciantes, comissários de exportações e proprietários de fábricas. Promoveu, ainda, uma relativa mobilidade social, que abriu oportunidades para alguns segmentos médios da população, especialmente no comércio e nos serviços.

A instalação de uma extensa rede ferroviária e dos telégrafos favoreceu o escoamento da produção, o trânsito das pessoas e a circulação mais rápida das informações. Tornou-se comum o deslocamento de jovens interioranos para a capital, não só em busca de empregos



nos bancos, nas lojas comerciais e nas tipografias, como também de novas experiências nos círculos letrados de sociabilidade Em sentido inverso, bacharéis saíam de São Paulo para exercer a advocacia ou a medicina em cidades do interior, onde também compravam fazendas e se ajustavam ao modo de vida rural.

A imprensa periódica, que até 1870 resumia-se a algumas folhas políticas circulantes na capital e nas cidades vizinhas, ampliou-se consideravelmente com o surgimento de novos jornais, entre eles, *A Província de São Paulo*, fundado em 1875, e renomeado de *O Estado de S. Paulo*, na década posterior. Identificado com os ideais republicanos paulistas, e porta-voz dos grupos políticos de mando, figurou como o principal veículo de informação e de constituição da opinião pública. Publicaram matérias no jornal os mais influentes homens de letras, a maioria proveniente da Academia de Direito (1827), que ainda era a única instituição educacional de nível superior da província. Até o fim do século somaram-se mais 35 jornais, criados na capital e nas cidades do interior, além de uma imprensa de menor porte e periodicidade irregular, ligada aos estudantes do Largo de São Francisco, a associações mutualistas de trabalhadores, aos clubes e a círculos políticos ou sociais específicos.

Beneficiária de um relativo aumento da escolarização desde 1850, a imprensa representou um considerável estímulo à formação do público leitor e à ascensão dos letrados. Em 1874, havia 638 escolas de instrução primária e secundária na região, número que aumentou um pouco no fim do século, mas não da maneira desejada pelos republicanos paulistas. Apesar da alta taxa de analfabetismo na província, que em 1890 ultrapassava os 80% da população, cresceram os indicadores da escolarização formal, principalmente nas famílias mais abastadas. Nas páginas dos jornais e almanaques da época, eram freqüentes os anúncios de internatos e externatos de São Paulo, Campinas e Araraquara, abertos por advogados e outros bacharéis. Alguns deles só admitiam mulheres, embora ainda se discutisse, com veemência, as vantagens e desvantagens da educação feminina. Nessas circunstâncias, o consumo de livros e de periódicos elevou-se, assim como o leque de autores potenciais.

Na ausência de revistas de variedades, que só começariam a ser editadas na passagem para o século XX, os almanaques perduraram por várias décadas como os mais importantes canais de informação, civilização, publicidade e difusão da literatura. Antes de iniciar a publicação do *Almanach Litterário de São Paulo*, José Maria Lisboa já experimentara o potencial do mercado das letras paulistas que parecia crescer no compasso das trilhas abertas pelas ferrovias. Em 1866, sob o pseudônimo de *Júlio de Albergaria*, publicou o livro *Cousas e lousas*, que receberia uma segunda edição em 1877. Contendo 31 artigos humorísticos, o livro era, como anunciou o autor na oportunidade da segunda tiragem da obra, apropriado para uma *leitura ligeira nos caminhos de ferro*.

Tanto no caso do livro como no do almanaque, Lisboa procurava atrair um público leitor variado, de conhecimento formal mediano, naquela época de ampliação do raio de alcance da



imprensa e de modificação dos gostos, das sensibilidades e das formas de ler, sob o impacto dos meios de comunicação modernos. Os leitores que tinha em mira eram, nem tanto os homens ilustrados, eruditos e de gabinete, mas, preferencialmente aquelas figuras empreendedoras e apressadas da capital ou da hinterlândia, talvez novatas na terra ou mal saídas das primeiras letras – aliás, o homem típico da conquista do oeste -, para as quais a obtenção do conhecimento dava-se pela leitura rápida e, sobretudo, agradável.

Dado o largo período em que circulou pela maioria das cidades paulistas, o almanaque deixou mostras preciosas do mundo letrado da província, bem como das visões de mundo, dos usos, costumes, práticas e crenças correntes da população, nas cidades e fazendas. Se não há fontes sólidas para se aquilatar o alcance da recepção do periódico e a natureza do seu público leitor, pode-se, no entanto, mapear com relativa segurança qual era o universo dos autores dos textos publicados ².

O mundo das letras na província era bastante restrito e nele todos pareciam se conhecer. Para a edição do almanaque, Lisboa enviava, ano após ano, correspondência aos cavalheiros dedicados à literatura e às artes, solicitando suas contribuições. Mas, a cada editorial, ele se lamentava da pouca receptividade encontrada, que julgava decorrente da "repugnância com que uma grande parte de nossos talentos se exime de figurar em trabalhos de caracter mais ou menos litterário" e da falta "do hábito e boa vontade de escrever para a imprensa, excepção feita à em favor da polemica política, que tudo avassala".

Apesar disso, das páginas do almanaque participaram cerca de duzentos autores, entre os quais seis mulheres: Júlia (Valentina da Silveira) Lopes, Ana de Camargo Mota, Damiana Rangel Pestana, Ana Maria de Moraes Barros, Emília Saldanha e Bertha de Souza ³. As contribuições femininas foram recebidas com satisfação por José Maria Lisboa, que as colocou em relevo nos editoriais, como algo inusitado e exemplar. Mas, de qualquer modo, o mundo das letras era ainda reservado aos homens considerados de espírito superior, refinados pela sensibilidade estética e pelas leituras eruditas. Segundo o pensamento de muitos, esta não era a condição feminina, uma vez que seu repertório de leituras resumia-se a romances rocambolescos, de qualidade duvidosa, que as arrastava da realidade, provocando delírios e exaurindo suas forças ⁴.

Malgrado o lamento de Lisboa quanto à repugnância que os cavalheiros pareciam nutrir em relação às páginas literárias, o quadro de autores era predominantemente masculino. A maior parte provinha de camadas sociais abastadas, mas de riqueza recente. Preponderavam os profissionais liberais, os fazendeiros e os políticos na Corte ou na província. Cerca de 70% eram estudantes ou bacharéis formados na Academia de Direito do Largo de São Francisco e, portanto, aspirantes à elite política da província. Participaram também médicos como Miranda Azevedo, Domingos Jaguaribe, Pereira Barreto e Ricardo Dauntre, estes dois últimos diplomados na Europa. Além de militares e membros do clero católico, escreveram para o almanaque políticos do Império e da província, como Duarte de Azevedo, Campos Melo,



Campos Vergueiro e Floriano de Godoy. Alberto Salles, Campos Salles e Prudente de Morais, líderes do republicanismo paulista, também enviaram suas contribuições. Entre os poetas egressos de outras províncias, destacaram-se Luís Gama, abolicionista baiano, Bernardo Guimarães, escritor romântico mineiro, e o fluminense Lúcio de Mendonça, todos estudantes das Arcadas.

A maior parte dos colaboradores vivia na capital paulista, e o restante morava na extensão da província formada por cidades de quase toda a lavoura cafeeira, tanto do Vale do Paraíba, quanto das zonas do oeste - Central, Paulista e Mogiana. Da vasta hinterlândia, enviaram contribuições autores de Campinas, Santos, Tietê, Itu, Piracicaba, Pindamonhangaba, Rio Claro, Jacareí, São José dos Campos, Silveiras, Pirassununga, Guaratinguetá, Taubaté, Araraquara, Casa Branca, Iguape, Itapetininga, Mogi Mirim, São Roque, Franca, São Sebastião, Brotas, Paranapanema, São João da Boa Vista.

Estas informações possibilitam, ademais, desenhar o provável mapa de circulação do impresso. Em vários casos, as matérias publicadas foram acompanhadas de referências sobre seus autores, o que permite inferir que eram indivíduos que transitavam de uma para outra área, como advogados que compravam fazendas, fazendeiros que abriam firmas nas cidades maiores, jovens nascidos nos latifúndios mais antigos ou nas novas áreas desbravadas, enviados à capital para os estudos.

O rol de autores e as temáticas do almanaque fornecem uma amostragem significativa do universo social e cultural paulista nas três últimas décadas do Império. Revelam não só uma grande mobilidade espacial da população, como também a interação entre os mundos rural e urbano, moderno e atrasado, civilizado e caipira. As letras paulistas eram um pouco de tudo isso e talvez, por essa razão, tenham sido tão importantes temas como o que é ser paulista e como a recente modernidade da região poderia conviver com os tipos humanos e os valores representados pelos sertões, ainda em processo de conquista.

O periódico editado por José Maria Lisboa filia-se ao gênero dos almanaques literários, como o próprio título sublinha, embora a temática das letras também percorra as páginas dos seus congêneres administrativos, científicos, religiosos e de variedades. Outros impressos populares com ênfase literária foram freqüentes no período: o *Almanach Familiar para Portugal e Brasil*, publicado em Braga no ano de 1868, e a *Folhinha dos Teatrinhos* publicada até 1859 no Rio de Janeiro. Esse gênero persistiria nas primeiras décadas do século XX, tendo como exemplos o *Almanak Histórico-Litterário do Estado de São Paulo* e o *Almanaque Brasileiro Garnier* ⁵.

O título *Almanach Litterário* sugere, antes de tudo, uma concepção ampla de literatura, própria do século XIX. Se no início da época moderna o vocábulo ainda designava o ensino de primeiras letras, com o tempo passou a significar "arte das belas letras" e, finalmente, "arte literária". Até o século XVIII, o termo "poesia" era preferido para se referir aos escritos de sentido solene e elevado. A partir do século XIX, a palavra "literatura" passou a ser empregada



para "definir uma atividade que, além de incluir os textos poéticos, abrangia todas as expressões escritas, mesmo as científicas e filosóficas" ⁶.

No almanaque de José Maria Lisboa, como de resto na maioria das publicações da época, a literatura compreende tanto as expressões das "belas letras" – sobretudo a poesia – quanto uma variedade de textos de conteúdo e estatuto narrativo que foge aos parâmetros de classificação contemporâneos. No conjunto dos textos, predominam as matérias sobre a região em seus vários aspectos - história, geografia, economia, sociedade, língua, costumes, crenças, lendas, folclore, artes e ciências -, apresentadas na forma de estudos breves, notícias, curiosidades, memória, ensinamentos, sinopses, estatísticas e discursos, de acordo com propósitos educativos e civilizatórios.

Para seduzir o leitor, as páginas do almanaque contêm, ainda, grande número de matérias para distração: charadas, epigramas, logogrifos, acrósticos, enigmas e casos humorísticos. A cada volume sucede-se também uma série informativa padronizada, conforme a tradição desse gênero de impressos: cômputo eclesiástico, estações do ano, eclipses, fases da lua, calendário civil e religioso, horários, percursos e preços das linhas férreas da província. Os volumes também englobam grande quantidade de propaganda ilustrada, que muito revela dos novos hábitos de consumo e do avanço da modernização, um mapa da província, algumas fotografias e partituras musicais.

Dentre os textos de natureza literária propriamente dita, a poesia prepondera, como seria de esperar de uma cultura letrada impregnada de romantismo, como no século XIX brasileiro. Poetas eram os mesmos homens circunspetos que escreviam biografias das figuras célebres da terra, os ensaios históricos e morais, os conselhos para agricultura; os mesmos que se dividiam entre as fazendas e a advocacia. Abrindo a veia poética, expuseram suas visões sobre o amor e a dor, a vida e morte, o bem e o mal, a cidade e o campo. Há uma profusão de versos byronianos, expressando uma das tendências correntes da época ⁷. Observa-se ainda a presença de sonetos indianistas, outros bucólicos e nostálgicos, e de alguns versos humanistas. Assinam os poemas figuras como José Bonifácio, o moço, Afonso Celso Júnior, Lúcio de Mendonça, Guerra Junqueiro, Bernardo Guimarães, Luiz Gama, Barros Júnior, Vicente de Carvalho, Wenceslau de Queiroz, Hipólito de Camargo, Barão de Itapetininga, Brasílio de Machado, entre outros. Foram ainda publicados versos de poetas românticos já mortos e traduzidos autores estrangeiros, como Victor Hugo e Alfredo de Musset.

Os últimos volumes do almanaque são freqüentados por poetas publicistas, embriagados da filosofia positiva, que erguem as bandeiras do abolicionismo e do republicanismo, tomando São Paulo como a pátria da liberdade. Hipólito de Camargo, Vicente de Carvalho e Azevedo Sampaio representam bem essa literatura engajada na divulgação dos novos postulados. Deste último autor são publicados três poemas - "O novo culto", "O novo dogma" e "O novo regimen" -, nos quais professa sua crença na filosofia de Comte: "Um



dogma só existe e definível (...)/ As leis que d'elle emanam, para o bem (...)/ O amor por princípio, Ordem por base/ O progresso por fim, e o paraizo"⁸.

A publicação também contém inúmeras trovas populares, quase todas anônimas, colhidas por colaboradores interessados no assunto. Elas são geralmente humorísticas e traduzem ora sentimentos e modos de ver ingênuos, ora ensinamentos essenciais sobre a vida.

A leitura do almanaque permite sugerir que a literatura paulista até o decênio de 1890 compunha-se basicamente da criação poética, sendo acanhada a produção de contos, romances e novelas. Os textos em prosa, embora abundantes, resumem-se às crônicas, descrição de lendas, narrativas de viagem e reminiscências. Alguns artigos são também dedicados à apreciação da literatura e das artes na província, realçando seus poetas, músicos, dramaturgos e pintores.

São comuns os textos de conteúdo moral, filosófico, religioso ou político, nos quais se exaltam os valores dos sábios paulistas do passado, as virtudes religiosas ou a beleza da maternidade. Desde a década de 1880, avolumam-se os ensaios filosóficos positivistas e anticlericais, em defesa da ciência e da liberdade, bem como os libelos abolicionistas e republicanos.

Os artigos anunciados como científicos tratam de questões e manifestações regionais, englobando diversos campos de maneira não especializada: história, geografia, geologia, botânica, zoologia, etnografia, lingüística. Escritos por curiosos de formação, o mais das vezes, jurídica ou médica, tais textos revelam, ao mesmo tempo, a tentativa de fomentar e especializar esses conhecimentos e as generalidades de um saber carente de escolas e faculdades para a formação de profissionais específicos. Dessa maneira, tais investigações eram fruto, em grande parte, do autodidatismo e das leituras científicas e positivistas do final do século, divulgadas pelos museus e institutos históricos ⁹.

A história, em particular, tinha um alcance enorme no século XIX, espraiando-se em áreas diversas do conhecimento, em formas artísticas variadas e no imaginário coletivo. As páginas do almanaque demonstram a paisagem nebulosa do saber histórico da época, que se manifesta em diferentes narrativas e formas de conhecimento da realidade, fazendo-se presente na geografia, na lingüística, na literatura e na etnografia, por exemplo. A incipiente especialização dos seus métodos refletia, em grande parte, a inexistência na província de instituições para a formação e o convívio dos historiadores. Apesar disso, ela gozava de grande prestígio e atraía a atenção de poetas, juristas, políticos, médicos, engenheiros, artistas, enfim, de todos aqueles homens letrados que se julgassem eruditos e comprometidos com os destinos da nação.

A história geral das civilizações despertou pouco interesse entre os autores do almanaque, salvo como pano de fundo para inserir o Brasil ou como curiosidade. Em contrapartida, é grande a preocupação em lançar os alicerces de uma história local, daí proliferarem trabalhos sobre as cidades paulistas, principalmente sobre a capital, e ainda a



respeito de Campinas, Santos, Itu, Sorocaba, Tietê, São José dos Campos, Pindamonhangaba, Piracicaba, Araraquara e Franca. Entre os homens de letras reconhecidos em cada uma delas, viria a sobressair, pelo menos, um cronista-memorialista.

Os volumes do almanaque são também ocupados por inúmeros documentos da história regional, tendo merecido transcrição: atas das câmaras municipais de São Paulo e de cidades do interior, em especial do Vale do Paraíba, testamentos dos primeiros colonizadores, cartas de sesmarias, manuscritos eclesiásticos, textos de Feijó e de José Bonifácio, além de excertos da narrativa de viagem de Saint-Hilaire a São Paulo.

Outros textos de caráter histórico tratam de curiosidades expostas em pequenas notas, tais como: a origem da canjica, os preços das aves domésticas em 1827, os frutos exóticos da capitania no século XVIII, como era a missa de Finados na mesma época, como surgiu o apelido de Abarê Bebé, dado pelos índios ao padre Leonardo Nunes ¹⁰. Há, no entanto, textos mais alentados e fundamentados na pesquisa de fontes, em que se disserta sobre os primeiros periódicos de São Paulo, as primeiras ferrovias, a fundação de colégios, os marcos iniciais de monumentos, as origens de bairros paulistanos.

Além das matérias de substância histórica, há no almanaque numerosos esboços etnográficos, lingüísticos e folclóricos dedicados à investigação das autênticas raízes do povo paulista. Nota-se, nesses textos, nítida filiação ao indianismo romântico, especialmente nos estudos da língua tupi e de sua influência sobre a fala e os costumes populares do século XIX. Ilustrativos desse gênero são os glossários de palavras indígenas e os artigos sobre os costumes dos nativos da região, envolvendo suas mitologias, formas de guerra e de casamento¹¹.

Todavia, assim como ocorreu nas primeiras manifestações da literatura romântica, foi praticamente ignorada a presença do negro na sociedade brasileira, sobretudo paulista ¹². Não obstante o sentimento humanitário que emana dos poemas abolicionistas já mencionados, não se observa nos textos do almanaque qualquer identificação com as manifestações da cultura negra.

Além do indígena lendário e romantizado, o caipira também recebeu grande atenção, sendo visto como portador das raízes peculiares da cultura paulista, mas ignorados os traços que o mesclaram com os africanos. Suas origens são buscadas no mameluco do período colonial, tipo resultante da miscigenação entre brancos e índios ¹³.

O termo caipira é empregado de maneira imprecisa, dando a entender significados ora de identificação, ora de afastamento, característicos da sociedade dominante em relação ao mundo arcaico, mas que fazia parte de suas raízes e com o qual guardava contigüidade física. Usada em várias matérias, a designação caipira sugere mais um tipo cultural do que racial. Para o habitante da capital paulista, a palavra servia para nomear o habitante do interior; para os moradores das cidades mais prósperas da hinterlândia, os roceiros, a gente dos sítios e dos pequenos povoados. Do ponto de vista social, pelo termo podiam ser abarcados grupos



heterogêneos: o posseiro, o pequeno sitiante, o agregado às fazendas ou o homem livre pobre e desenraizado.

Se a procedência étnica do caipira não assegurava uma delimitação segura - uma vez que a maioria da população era mestiça, incluindo-se os grupos letrados da sociedade, restava apelar para os aspectos mais visíveis de uma suposta distinção cultural: os modos de falar e vestir, os costumes, os gestos, a música. Quanto à linguagem, o caipira era caracterizado como homem de fala arrevesada e incorreta, mas nem esse critério era sólido dado o linguajar da população em geral, pouco atenta às normas cultas do idioma ¹⁴.

No que diz respeito aos costumes, o caipira era visto como um ser apegado à tradição, supersticioso, ingênuo, crédulo e de aparência bruta. Representava, nesse aspecto, a oposição ao mundo moderno, culto e científico. Paradoxalmente, a ele se atribuía a fonte da sabedoria popular paulista, digna de ser resgatada e preservada numa sociedade cada vez mais pragmática e marcada por valores voláteis. O almanaque traz centenas de amostras de trovas e ditados populares, repletas de ensinamentos caipiras, que foram recebidos de diferentes partes da província ¹⁵. Neste aspecto, o almanaque contribui para a transmutação da cultura caipira da oralidade à escrita.

Embora ainda não se atribuísse ao caipira uma conotação de inferioridade racial, a polêmica sobre as raças ganhava corpo na província à época. As teses do determinismo geográfico fundamentavam, em muitos casos, as matérias publicadas, principalmente aquelas concernentes às razões da prosperidade de São Paulo, na comparação com outras regiões do país. Alberto Sales, um dos defensores dessa concepção, argumenta, em seu ensaio "*Como o clima de S. Paulo influe sobre o caracter de seus habitantes*" ¹⁶, que a província paulista é caracterizada pelo equilíbrio dos aspectos naturais e humanos, qualidade geradora de homens de temperamento enérgico e empreendedor. Com base nesses pressupostos, tornou-se comum, nas décadas finais do Império, projetar o futuro de São Paulo tendo como modelo os Estados Unidos, exemplo de progresso econômico e de regime político bem-sucedido. É o que transparece no esboço traçado por Antonio Francisco de Paula Souza, que comparou nossas indústrias às dos norte-americanos ¹⁷, e em várias outras sinopses das atividades econômicas regionais publicadas nas páginas do periódico.

As páginas do almanaque deixam vazar o clima de otimismo reinante, a ostentação da arrancada econômica paulista e a crença na marcha inexorável do progresso. Até mesmo nos anúncios, que são apresentados em grande número, o objetivo mercadológico equivalia a uma demonstração do dinamismo da província.

ISSN - 1808-1967



O almanaque foi um meio eficiente de propaganda dos advogados, que abriam seus escritórios na capital e nas cidades do oeste paulista (ALSP: 1876, p. 193)

Algumas vezes ilustrada por desenhos ou fotografias, a propaganda abrange os diversos setores produtivos e de serviços da capital e das cidades do interior: fábricas de tecidos, chapéus e calçados; fundição de serras, bombas, sinos, prensas e ventiladores; firmas importadoras de máquinas para a agricultura, pianos, fogões e máquinas de costura; rede de bancos e casas de câmbio; hotéis para a estada de fazendeiros e advogados; ateliês fotográficos e outros serviços modernos. Há também grande quantidade de anúncios de atividades farmacêuticas — laboratórios homeopáticos e drogarias; de remédios contra o reumatismo, as hemorróidas, a sífilis e a epilepsia; da abertura de consultórios médicos e dentários e de escritórios de advogados nas várias cidades da frente pioneira do café. A propaganda de artigos de consumo, por sua vez, revela os novos hábitos característicos daquele ambiente de prosperidade e dinamismo: fitas, chapéus, pentes, adornos, roupas feitas para homens e mulheres, linhas, agulhas e modelos para crochê conforme a última moda francesa, coletes para afinar a cintura das senhoras. O almanaque, além de dar publicidade a tais atividades, serviços e produtos, atua como veículo de civilização e de modernidade.



A publicidade como forma de difusão das novas tecnologias, neste anúncio de fogões importados (ALSP: 1876, p. 202)



As narrativas de viagem, muito apreciadas pelos leitores e presentes em cada número do periódico, registram as impressões variadas de uma sociedade acometida por intensas transformações. Nelas transparecem sentimentos conflitantes: nostalgia dos tempos passados, exultação da mudança e do progresso, desalento diante da paisagem monótona do longínquo sertão, otimismo em face das colônias imigrantes e da pujança das cidades maiores, como a capital e Santos. A locomotiva, que dentro em breve seria a própria metáfora de São Paulo, já era saudada por alguns como a expressão "de ferro, fogo e aço do grande Engenho humano!"



O incremento das atividades econômicas e a urbanização fomentaram novos hábitos de consumo, como se vê neste anúncio (ALSP: 1885, p.232)

Em conclusão, as palavras de ordem do progresso brasileiro, tanto econômico quanto político, impregnam os textos do almanaque. Mas era de um foco paulista que os seus autores olhavam o Brasil, envolvendo-o em promessas de redenção. Para os homens de letras, São Paulo era a terra em que, no passado e no presente, grassavam os ideais de liberdade capazes de orientar os destinos da nação brasileira. Ilustrativo desse modo de ver é o poema Jaraguá, escrito por Brasílio Machado. Em seus versos, mais do que uma manifestação do relevo geográfico da região, o pico que leva esse nome, erguido nas proximidades da capital, além de testemunha dos séculos de tradição e luta do povo paulista, desponta como um farol para os viajantes perdidos da nacionalidade:

É este o meu pátrio monte Que junto ao rio cresceu, E que envolve a idosa fronte Nos nevoeiros do céu (...) Guarda nos lábios de pedra De arruinadas gerações Os echos de mil triunphos, O canto das tradições (...)

Oh viajante, não temas Ao vêl-o erguido no sul, A fronte, cheia de névoas, Nos hombros um manto azul ¹⁹.

NOTAS

"Comumente, os almanaques têm sido inseridos na tradição da literatura de colportage, uma vez considerados como literatura de fácil apreensão, de linguagem simplificada, de conteúdo ameno, ligeiro e variado e, sobretudo, por ser uma literatura barata devido a pouca qualidade de impressão (...) Por isso, e também por sua ampla circulação, os almanaques acabaram por se transformar em um instrumento pedagógico útil e eficaz na educação do povo": DUTRA, Eliana de Freitas. Rebeldes literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p. 16. O termo colportage remete aos colpouteurs franceses, designando figuras como os mascates, anunciadores, vendedores ambulantes de folhetos e pequenos livros, baratos e rústicos.

² Idem, ibidem, p. 17. Ver também MEYER, Marlyse (org.). *Do almanak aos almanaques.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

³ FERREIRA, Jerusa Pires. In: MEYER, Marlyse (org.). Idem, ibidem, p. 19.

⁴ Para uma história das revistas no Brasil, em particular no Estado de São Paulo, consultar MARTINS, Ana Luíza. Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1920). São Paulo: FAPESP, EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

O Almanaque Fontoura, distribuído gratuitamente para fomentar o uso de um suplemento alimentar associado à figura de Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, foi o mais famoso impresso do gênero que circulou no Brasil durante várias décadas do século XX. A respeito dos almanaques na última centúria, além de MEYER, Marlyse (op. Cit.), ver PARK, Margareth Brandini. São Paulo: Mercado de Letras, FAPESP, 1999.

⁶ Para este artigo foi consultada a edição fac-similar, publicada em 1982 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo e pela Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. A obra foi originalmente impressa na Tipografia da Província de São Paulo, onde seu editor trabalhava. Não há notícias sobre as razões da interrupção do periódico nos anos mencionados. Os oito volumes do almanaque, doravante designados pela sigla ALSP, integram o acervo do CEDAP.

¹ Cf. dados biográficos fornecidos por Carlos Penteado de Rezende, na Notícia Prévia à edição facsimiliar do almanaque (ALSP, 1876).

² Parte das informações mencionadas neste artigo foi também desenvolvida no capítulo I do meu livro A epopéia bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

Das autoras mencionadas, apenas Júlia de Almeida tornou-se mais conhecida como escritora. Nascida no Rio de Janeiro, onde viveu até 1870, morou também em Campinas até 1888. Filha de lisboetas, de condição social privilegiada, teve uma educação primorosa. Publicou textos em jornais de Campinas e revistas do Rio de Janeiro e São Paulo. Casou-se com o escritor Filinto de Almeida e freqüentou a sociedade letrada fluminense. Damiana Quirino Rangel Pestana era esposa do advogado Rangel Pestana. O casal era proprietário de um colégio para meninas, sediado em São Paulo, o qual dirigiam (ALSP, vol. III). Embora não haja informações consistentes sobre as demais mulheres que contribuíram

para o almanaque, as poucas referências disponíveis sugerem sua condição social abastada e

pertença a famílias de capital cultural valorizado à época.

⁴ A propósito do assunto, consultar MEYER, Marlyse. Op. Cit., idem, ibidem. No Guia Médico preparado por Pereira Barreto e oferecido aos leitores do almanaque, para a cura da "hystero-epilepsia", além do uso de remédios e da higiene física, eram preceituadas às mulheres ocupações sérias, forte dose de matemática e ciências e "prohibição absoluta de leitura de romances" (ALSP, vol. IV, p. 30).

⁵ Consultar MEYER, Marlyse (org.). Op. Cit., idem, ibidem e DUTRA, Eliane. Op. Cit., idem, ibidem.

⁶ MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 14^a. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

⁷ Sobre o assunto, ver CANDIDO, Antonio. A educação pela noite & outros ensaios. São Paulo: Ática, 1987.

⁸ ALSP, vol. IV, p. 97-99.

Of. SCHWARCZ, Lilia M. O espetáculo das racas. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁰ ALSP,: vol. VIII, p. 27-28; vol. I, p. 174.

¹¹ Ver. entre outros: MOURA Francisco de Assis. Significação dos nomes indígenas das cachoeiras do rio Tietê, desde o Salto do Itu até a foz (ALSP, vol. 5, p. 215-217); OLIVEIRA, José J. Costumes indígenas (ALSP, vol. 5, p. 165-171).

¹² Um dos poucos artigos publicados a respeito da cultura africana dá mostras de um evidente etnocentrismo: CAPELLO, H. e IVENS, R. A cozinha africana (de Benquella às terras de láca). (ALSP. vol. VII, p. 254).

¹³ Ver MONTEIRO, John M. Índios e mamelucos em São Paulo: história e historiografia. In FERREIRA, Antonio Celso et alli (org.). Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, p. 47-61, e Negros da terra. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁴ O glossário *Locuções paulistas*, cujo autor assina simplesmente B., dá idéia do uso generalizado do vocabulário caipira na época, constante de termos miscigenados, adaptados de diversas origens: português arcaico, línguas indígenas, modos de falar dos negros (ainda que não admitidos), termos gaúchos e até mesmo árabes (ALSP, vol. VII p. 105).

¹⁵ Muitas das trovas populares publicadas no almanaque foram colhidas por Brasílio Machado, que começou a carreira como promotor público em Piracicaba e Casa Branca, onde estabeleceu contato com violeiros caipiras. O Barão de Itapetininga também responde pela reunião de outras guadras, algumas de autoria de Manoel Seraphim, poeta popular residente em um sítio da região de Cotia e São Roque (ALSP, vol. V, p. 1-5). Manoel Galvão, que morava próximo da fronteira de Minas Gerais, a noroeste, foi outro dos colaboradores nessa modalidade de escritos.

¹⁶ ALSP, vol. V, p. 173-187.

¹⁷ ALSP, vol. I, p. 57.

¹⁸ Poema de Antonio Carlos de Almeida: ALSP, vol. III, p. 63.

¹⁹ ALSP, vol. VIII, p. 93-94.